

Anexo ao ponto 6 “ GOVERNO DA SOCIEDADE”

1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

Missão

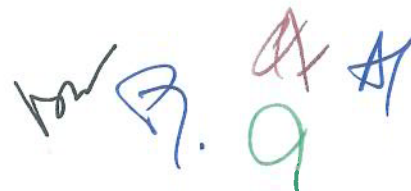
Para que haja um alinhamento da organização em torno de políticas, objectivos e valores perfeitamente definidos, a CP considerou fundamental a definição da Visão, Missão e Valores, que devem orientar a actividade da empresa e o comportamento profissional dos seus colaboradores.

A Missão definida para a CP é a seguinte:

Prestar serviços de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança, através de:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Estabelecimento de sistemas de preços compatíveis com os vários mercados e que tenha em conta a relação preço/qualidade;
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração;
- Uma comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;
- Valorização das relações com as comunidades locais, permitindo aumentar o valor do serviço oferecido aos clientes e reforçar as quotas de mercado nos segmentos-alvo.

A prossecução da Missão é conseguida através da elaboração de Programas Estratégicos que definem os objectivos plurianuais da Empresa e as iniciativas e acções para os alcançar. Enquadrado neste Programa é anualmente estabelecido um Plano que inclui objectivos, acções e metas



A execução de todos estes instrumentos é objecto de um acompanhamento rigoroso de modo a permitir a adopção de medidas correctivas para os desvios que eventualmente ocorram.

▪ Objectivos

Tal como consta do documento “Plano Previsional 2006” oportunamente enviado à Tutela Sectorial e Financeira, a CP manteve a orientação da actividade da empresa definida no Programa Estratégico 2005/2010. Esta orientação consiste na melhoria dos Resultados, através, não só do acréscimo de proveitos mas também da redução de custos, na captação dos Clientes apostando na melhoria da sua satisfação, no reforço da segurança de pessoas e bens, na oferta de serviços diversificados e integrados, numa maior notoriedade da empresa e no aumento de produtividade o qual deve decorrer da racionalização das operações, do desenvolvimento dos recursos humanos, da rentabilização dos activos e da optimização dos processos.

Estes objectivos foram traduzidos em metas, cuja execução foi mensalmente acompanhada em Reuniões do Controlo da Actividade e que foram maioritariamente cumpridas no que respeita à actividade do transporte de Passageiros.

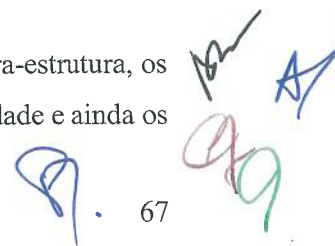
Relativamente à actividade do transporte de Mercadorias algumas metas ambiciosas estabelecidas não foram alcançadas por virtude de factores exógenos que afectaram a capacidade produtiva de alguns dos nossos Clientes, nomeadamente no sector da Construção Civil e Energético.

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução -Ferrovia/Tracção e de Licenciados e Bacharéis) e o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, pela repercussão que tem nos resultados da empresa e no funcionamento do mercado, através do tratamento equitativo e não discriminatório dos vários operadores, o Directório da Rede, emitido pela Rede Ferroviária Nacional-REFER, E.P., na qualidade de gestor da infra-estrutura, e o Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

Com efeito, através do Directório são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda os



princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

No Regulamento do INTF n.º 21 /2005, de 3 de Fevereiro de 2005, são estabelecidos os métodos e as regras de cálculo aplicáveis à fixação, determinação e cobrança das tarifas devidas pela prestação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares pelo gestor da infra-estrutura, concretizados no Directório de Rede.

De referir ainda os seguintes Regulamentos do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário:

- Reg. n.º 18 /2000, de 31 de Julho de 2000, relativo à “Autorização de circulação de material circulante em exploração”;
- Reg. n.º 42/2005, de 3 de Junho de 2005 — Regulamento de Licenciamento —, relativo aos procedimentos necessários para obtenção de licenças para o exercício da actividade de transporte ferroviário, bem como as metodologias a adoptar na avaliação do cumprimento dos requisitos a que se refere o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro.

Finalmente, e no que respeita às condições de prestação do serviço de transporte, importa realçar a Tarifa Geral de Transporte — de passageiros e de mercadorias — aprovada pela Portaria n.º 403/75, de 30 de Junho, (que sofreu já várias alterações) a qual regula as condições relativas ao contrato de transporte ferroviário, cuja desactualização é reconhecida e que a Empresa vem há muito solicitando a sua substituição.

3. Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Lista dos Fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

FORNECEDOR	LOCALIDADE	VALOR FACTURADO
EMEF	LISBOA	91 247 m.e.
REFER – Rede Ferroviária Nacional	LISBOA	81 549 m.e.
PETROGAL – Petróleos de Portugal	LISBOA	16 323 m.e.
EDP – Distribuição de Energia	LISBOA	13 825 m.e.
SIEMENS AKTIENGESELL	MUNIQUE	13 454 m.e.

4. Informação sobre outras transacções

Relativamente às compras existem regulamentos da empresa e procedimentos no âmbito da gestão da qualidade.

5. Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais

Informação incluída no ponto 6 do Relatório de Gestão.

6. Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais

Informação incluída no ponto 6 do Relatório de Gestão.

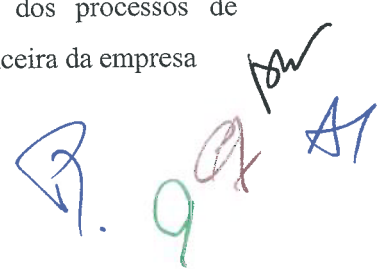
7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

A empresa irá implementar em 2007 um Sistema de Gestão ambiental e produzir um Relatório de Sustentabilidade.

Não obstante ainda não existir Relatório, a CP enquanto operador de transporte mais amigo do ambiente, em especial em termos de emissões de GEE's, reconhecendo que é indispensável conciliar de forma sustentável e durável, o desenvolvimento económico com a protecção do nosso Planeta propôs em 2006 um conjunto de **Objectivos ambientais**.

Identificou também as seguintes **áreas de maior risco**:

- Passageiros
 - Manutenção da obrigação de operar sem as respectivas compensações financeiras
 - Manutenção de preços abaixo de custo sem compensações financeiras adequadas
- Cargas
 - Liberalização do mercado
 - Não cumprimento de regras relativas às condições de transporte e à prestação do trabalho pelos trabalhadores
 - Evolução do sector de construção de obras públicas
- Concorrência
 - Não harmonização das condições de concorrência com os outros modos de transporte
- Financeira
 - Acesso ao mercado financeiro decorrente quer dos processos de liberalização das actividades, quer da estrutura financeira da empresa
- Material
 - Obsolescência do material



- Indisponibilidade por avarias, acidentes ou deficiências na manutenção
- Segurança
 - Terrorismo
 - Acidentes ferroviários e catástrofes naturais
 - Falta de segurança de pessoas e bens
- Imagem
 - Falta de confiança relativamente ao transporte ferroviário

Relativamente à **promoção da igualdade de oportunidades, respeito pelos direitos humanos e de não discriminação**, a CP instituiu como Órgão independente da estrutura da empresa, o Provedor para o Cliente com Necessidades Especiais nomeado pelo Conselho de Gerência, ao qual reporta directa e exclusivamente.

A missão principal deste Provedor consiste em contribuir para consolidar a confiança dos Clientes com Necessidades Especiais nos serviços prestados pela CP. Neste contexto, foram definidas as seguintes funções prioritárias:

- a) a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes com Necessidades Especiais, sendo, através de meios informais, um elo de ligação entre os Clientes com Necessidades Especiais e/ ou instituições que os representem e a CP;
- b) a contribuição para o inventário dos obstáculos de acesso aos serviços prestados pela CP e a intervenção na definição e hierarquização da adopção de medidas pela CP que tornem a mobilidade um direito adquirido.
- c) a formulação de recomendações, endereçadas ao Conselho de Gerência da CP, com vista à correcção de práticas que afectem a qualidade e eficiência dos serviços prestados pela CP nesta matéria, com base em queixas apresentadas pelos Clientes, individual ou colectivamente, ou por iniciativa própria relativamente a factos que por qualquer outro modo cheguem ao seu conhecimento, que apenas serão vinculativas uma vez aprovadas pelo referido Conselho de Gerência;
- d) a produção trimestral e anual de relatórios sobre a actividade da Provedoria, anotando as iniciativas tomadas, as queixas recebidas, a natureza mais frequente das reclamações/sugestões ou críticas, as diligências efectuadas e os resultados obtidos.

[Handwritten signatures and initials in blue and red ink]

No que respeita à Gestão do Capital Humano existe um ponto específico no texto do Relatório. Refere-se, contudo ainda, que em 2006 foi aprovado o **Projecto Mérito**, o qual privilegia o sentido de realização pessoal no trabalho, promove o reconhecimento de colaboradores e equipas e visa a criação de uma Cultura e de mecanismos que valorizem os colaboradores cujo desempenho está alinhado com os objectivos estratégicos. Este projecto será implementado em 2007.

8. Apresentação do Código de Ética

Existe já uma proposta de Código de Ética que está em processo de redacção final.

Handwritten signatures in red, blue, green, and black ink, appearing to be initials or names, located in the lower right quadrant of the page.

BALANÇO E CONTAS
EM
31 DE DEZEMBRO DE 2006

162
A. G. ST



BALANÇO

(em euros)

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS				CÓDIGO DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2006		2005				2006	2005
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO				
	MOBILIZADO:					CAPITAL PRÓPRIO:			
431	Imobilizações incorpóreas:				51	Capital Estatutário	1.995.317.000	1.995.317.000	
432	Despesas de instalação e de desenvolvimento	377.894	52.485	325.409	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	2.810.160	2.810.160	
443	Imobilizações em curso	161.208		161.208	56	Reservas de reavaliação	98.557.261	104.681.029	
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas				571	Reservas:			
		539.102	52.485	486.617	572	Reservas legais	24.703	24.703	
					574 a 579	Reservas estatutárias	1.306.650	1.306.650	
421	Imobilizações corpóreas:				59	Outras reservas	98.653.953	99.280.796	
422	Terrenos e recursos naturais	31.653.246		31.653.246	88	Resultados transitados	-3.641.887.471	-3.451.184.365	
423	Edifícios e outras construções	104.251.009	21.104.525	83.146.484		Subtotal	-1.445.217.744	-1.247.764.027	
424	Equipamento básico	2.131.111.596	1.057.241.212	1.073.870.384	293 a 299	Resultado líquido do exercício	-192.897.562	-196.826.874	
425	Equipamento de transporte	5.707.680	4.116.173	1.591.507	2322	Total do Capital Próprio	-1.638.115.306	-1.444.590.901	
426	Ferramentas e utensílios	293.619	235.670	57.949	231+234				
427	Equipamento administrativo	17.807.749	14.855.622	2.952.127	221	PASSIVO:			
429	Taras e vasilhame	427	427		2612	Provisões:			
441/6 - 443	Outras imobilizações corpóreas	47.982.574	19.465.118	28.517.456	251	Outras provisões	53.157.924	58.505.995	
448	Imobilizações em curso	10.003.146		10.003.146	239	Dividas a terceiros-Médio e longo prazo:			
	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	24.910.049		24.910.049	261 - 2612	Empréstimos por obrigações:			
		2.373.721.095	1.117.018.747	1.256.702.348	24	Não convertíveis	250.000.000	250.000.000	
					265+268	Dividas a instituições de crédito	483.701.879	464.701.879	
4111	Investimentos financeiros:				228	Fornecedores, c/c			
4121+4131	Partes de capital em empresas do grupo	3.667.494		3.667.494	222	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar			
4112	Empréstimos a empresas do grupo	3.170.275	2.420.275	750.000	222	Outros accionistas (sócios)			
4122+4132	Partes de capital em empresas associadas	327.356		327.356	2612	Outros empréstimos obtidos	1.464.117.572	1.438.997.361	
4113+414+415	Empréstimos a empresas associadas	1.695.901	1.695.901		252	Fornecedores de imobilizado, c/c			
4123+4133	Títulos e outras aplicações financeiras	11.346.426		11.346.426	253+254	Estado e outros entes públicos	12.944.178	13.375.346	
	Outros empréstimos concedidos	1.068.694	6.674	1.062.020	251+255	Outros credores	2.210.763.629	2.167.074.586	
		21.276.146	4.122.850	17.153.296	219	Dividas a terceiros - Curto prazo:			
					239	Empréstimos por obrigações:			
	CIRCULANTE:				261-2612	Não convertíveis			
	Existências:				262/8+211	Dividas a instituições de crédito	330.000.116	252.811.008	
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.753.528	5.113.374	4.640.154	228	Adiantamentos por conta de vendas	10.788.858	598.358	
32	Mercadorias	411.833	147.058	264.775	222	Fornecedores, c/c	45.134.299	37.337.812	
		10.165.361	5.260.432	4.904.929	252	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.453.653	2.451.854	
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:				2612	Fornecedores - Títulos a pagar			
212	Cientes - Títulos a receber				252	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar			
251	Outros accionistas (sócios)				253+254	Empresas do grupo			
268	Outros devedores	975.110	975.110		251+255	Empresas participadas e participantes			
		975.110	975.110		219	Outros accionistas (sócios)			
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				239	Adiantamentos de clientes			
211	Cientes, c/c	28.643.660		28.643.660	261-2612	Outros empréstimos obtidos	49.879.790	74.819.685	
212	Cientes - Títulos a receber				24	Fornecedores de imobilizado, c/c	12.963.225	20.295.150	
213	Cientes - Letras protestadas	26.661	26.661		262/8+211	Estado e outros entes públicos	4.095.989	3.643.092	
218	Cientes de cobrança duvidosa	29.989.105	28.990.727	998.378		Outros credores	9.409.876	19.029.802	
252	Empresas do grupo	204.881		204.881			464.725.806	410.986.761	
253+254	Empresas participadas e participantes	58.964	58.964		273	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
251+255	Outros accionistas (sócios)				274	Acréscimos de custos	67.190.739	51.322.344	
229	Adiantamentos a fornecedores	642.600		642.600		Proveitos diferidos	238.479.787	215.710.983	
24	Estado e outros entes públicos	6.982.773		6.982.773			305.670.526	267.033.327	
261/3+268+221	Outros devedores	25.441.834	6.223.300	19.218.534					
		91.990.478	35.299.652	56.690.826					
18	Títulos negociáveis								
	Outras aplicações de tesouraria								
12+13+14	Depósitos bancários e caixa:								
11	Depósitos bancários	6.592.062		6.592.062					
	Caixa	380.622		380.622					
		6.972.684		6.972.684					
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								
272	Acréscimos de proveitos	4.636.092		4.636.092					
	Custos diferidos	48.655.787		48.655.787					
		53.291.879		53.291.879					
	Total de amortizações		1.117.071.232						
	Total de ajustamentos		45.658.044						
	Total do Activo	2.558.931.855	1.162.729.276	1.396.202.579		Total do Capital Próprio e do Passivo	1.396.202.579	1.459.009.768	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE

Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL

Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto

VOGAL

Adriano Rafael de Sousa Moreira

VOGAL

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL

Paulo José da Silva Magina

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(em euros)

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS				CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		2006		2005				2006		2005	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:					72	Prestações de serviços	262.184.559	262.184.559	244.990.388	244.990.388
	Mercadorias	597.457		579.557			Variação da produção				
	Matérias	15.192.365	15.789.822	14.207.034	14.786.591	75	Trabalhos para a própria empresa				
62	Fornecimentos e serviços externos:		123.145.257		111.811.210	73	Proveitos suplementares	11.250.608		12.546.992	
641+642	Custos com o pessoal:	106.562.882		110.257.741		74	Subsídios à exploração	27.119.235		25.503.978	
	Remunerações					76	Outros proveitos e ganhos operacionais	789.776		44.348	
	Encargos sociais:					77	Reversões de amortizações e ajustamentos (B)	695.945	39.855.564	4.494.730	42.590.048
64811	Indemnizações mútuo acordo	7.808.950		12.571.450							
645/8-64811	Outros	26.013.158	140.384.990	26.883.522	149.712.713	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	130.168		0	
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	75.828.625		80.221.500		784	Rendimentos de participações de capital	0		133.753	
666+667	Ajustamentos	5.695.099		5.511.252		7815/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras: Relativos a empresas do grupo				
67	Provisões	330.000	81.853.724	4.539.562	90.272.314		Outros	52.091		10.160	
63	Impostos	126.319		120.648		7811+7814 +7818+785/8	Outros juros e proveitos similares: Relativos a empresas do grupo	600.344		361.863	
65	Outros custos e perdas operacionais (A)	55.327.200	55.453.519	55.848.521	55.969.169		Outros	3.988.654	4.771.257	505.208	1.010.984
682	Perdas em empresas do grupo e associadas		416.627.312		422.551.997		(D)		306.811.380		288.591.420
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	1.103.242		6.732.347		79	Proveitos e ganhos extraordinários		23.793.175		23.572.894
681+685/8	Juros e custos similares: Relativos a empresas do grupo	88.034.951	89.138.193	70.104.171	76.836.518		(F)		330.604.555		312.164.314
	Outros (C)		519.047.218		499.562.414		Resumo:				
69	Custos e perdas extraordinários (E)		4.159.992		9.381.814		Resultados operacionais:	(B) - (A) =	-114.587.189		-134.971.561
			523.207.210		508.944.228		Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	-97.648.648		-75.999.433
86	Imposto sobre o rendimento do exercício (G)		294.907		46.960		Resultados correntes:	(D) - (C) =	-212.235.838		-210.970.994
			523.502.117		508.991.188		Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	-192.602.655		-196.779.914
88	Resultado líquido do exercício		-192.897.562		-196.826.874		Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	-192.897.562		-196.826.874
			330.604.555		312.164.314						

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Trindade Gonçalves Lopes Belo
Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE

Francisco José Cardoso dos Reis
Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL

Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto
Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto

VOGAL

Adriano Rafael de Sousa Moreira
Adriano Rafael de Sousa Moreira

VOGAL

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL

Paulo José da Silva Magina
Paulo José da Silva Magina

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(em euros)

	EXERCÍCIO	
	2006	2005
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	300.168.383	282.521.694
CUSTO DE VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-326.648.788	-328.447.915
RESULTADOS BRUTOS	-26.480.405	-45.926.221
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS a)	25.664.916	28.631.636
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	-26.714.444	-27.491.975
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	-58.927.841	-61.158.229
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS (a)	-8.496.231	-14.835.691
RESULTADOS OPERACIONAIS	-94.954.006	-120.780.480
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	-83.994.206	-69.588.803
GANHOS (PERDAS) EM FILIAIS E ASSOCIADAS	-13.654.443	-6.544.384
GANHOS (PERDAS) EM OUTROS INVESTIMENTOS	0	133.753
RESULTADOS CORRENTES	-192.602.655	-196.779.914
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES	-294.907	-46.960
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	-192.897.562	-196.826.874
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	0	0
IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		
RESULTADOS LÍQUIDOS	-192.897.562	-196.826.874
RESULTADOS POR ACÇÃO	-	-

Na elaboração da Demonstração de Resultados por Funções, adoptou-se a seguinte alteração de critério:

- (a) Os Proveitos Extraordinários foram considerados na rubrica "Outros Proveitos e Ganhos Operacionais" e retirados de "Outros Custos e Perdas Operacionais", critério adoptado em anos transactos. Esta alteração foi repercutida nos valores de 2005.


 P. 9 A
 10/

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Directo

(em euros)

	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	267 034 419	254 859 464
Pagamento a fornecedores	170 118 560	184 632 868
Pagamento ao pessoal	138 743 216	151 653 530
Fluxo gerado pelas operações	- 41 827 357	- 81 426 934
Pag./rec. Imposto sobre o rendimento	118 067	153 808
Outros rec./pag. Relativos act. Operacional	38 794 046	46 900 954
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	- 3 151 378	- 34 679 788
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	2 104 084	5 849 505
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	3 418 545	8 713 156
Fluxo das actividades operacionais (1)	- 4 465 839	- 37 543 439
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	4 655 884	1 100 266
Imobilizações corpóreas	17 954 429	3 858 517
Imobilizações incorpóreas	0	0
Subsídios de investimento	34 480 235	19 642 063
Juros e proveitos similares	6 610 710	841 816
Dividendos	132 374	0
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	23 364 111	4 398 138
Imobilizações corpóreas	42 211 869	58 917 528
Imobilizações incorpóreas	138 361	85 875
Fluxo das actividades de investimento (2)	- 1 880 708	- 37 958 878
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	234 000 000	254 000 000
Aumentos de capital, prest. Supl. e prémios emissão	0	0
Subsídios e doações	0	0
Venda de acções (quotas) próprias	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	132 922 038	85 269 023
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	86 500 544	65 049 284
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
Fluxo das actividades de financiamento (3)	14 577 417	103 681 693
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	8 230 870	28 179 375
Efeito das diferenças de câmbio	- 938	- 12 743
Varição de fluxos de caixa ao longo do período	8 229 932	28 166 632
Caixa e seus equivalentes no início do período	- 1 257 365	- 29 423 996
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 972 568	- 1 257 365

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis.

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(Euros)

Descrição	31-12-2006	31-12-2005
Numerário	380 622	379 453
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6 592 062	3 071 837
<i>Equivalentes a caixa:</i>		
Caixa e seus equivalentes (1)	- 116	- 4 708 654
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	6 972 568	- 1 257 365

(1) Nos Equivalentes a caixa, e, especificamente na rubrica Caixa e seus equivalentes estão considerados os descobertos bancários, e as aplicações de tesouraria tal como definido na directriz contabilística nº14.

Handwritten notes:
B. 9 A
Tm

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

0 – Informações Gerais

Nota 01 – Separação de sectores

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infra-estrutura atribuída ao Estado ou “a entidade actuando por sua concessão ou delegação” e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual tem por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária.

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infra-estrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

Handwritten signatures and initials:
A blue signature, a red signature, and a green signature with the number '9' written below it.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se na introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

A taxa de utilização da infra-estrutura suportada pela CP nos últimos seis exercícios evoluiu como segue (em euros):



2001	2002	2003	2004	2005	2006
60.812.238	61.878.309	63.111.003	55.574.918	54.934.206	51.320.961

O encargo verificado em 2006 resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2006 e da racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de passageiros.

O Directório da Rede 2006, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 10 de Dezembro de 2005 a 9 de Dezembro de 2006 (validade do Horário 2006). Para o período de 10 de Dezembro 2006 a 31 de Dezembro 2006, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2007, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2007.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2006, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. No que diz respeito à utilização de linhas não afectas à circulação para operações ferroviárias verificou-se a descontinuidade deste conceito no Directório da Rede 2006, aguardando-se a sua eventual integração noutra serviço. Ainda que preste estes serviços, a REFER tem o direito de não o prestar a qualquer empresa de transporte ferroviário se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Handwritten signatures and initials: "B.9" in blue, "A" in blue, and "M" in black.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para actividades operacionais dos operadores De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/200, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Ainda no que concerne aos serviços auxiliares, a respectiva tarifação deve ser fixada por acordo entre o gestor da infra-estrutura, REFER e o operador ferroviário, no caso a CP. Neste domínio, porém, não têm sido concretizados acordos ou protocolos que os suportem, mas a REFER tem assegurado a prestação de serviços e fornecimentos necessários às respectivas actividades, facturando-os unilateralmente. Este facto inviabiliza por vezes a aceitação dos níveis de serviços e dos preços facturados. A facturação apresentada pela REFER e que se encontra nesta situação é a seguinte (em euros):

Tipo de Serviço	Exercícios		
	2004	2005	2006
Serviços Auxiliares	124 236	2 134 928	848 862
Serviços Adicionais	5 761 590	5 461 396	4 480 530
Total	5 885 826	7 596 324	5 329 392

Todavia, o estudo da essência dos serviços adicionais e auxiliares, levado a cabo por grupos de trabalho constituídos por representantes de ambas as empresas com vista à formalização de acordos e protocolos, tem fornecido as linhas orientadoras para a negociação de níveis de facturação para aqueles serviços e a inerente regularização nas contas das empresas, embora com impacto em exercícios seguintes.

17.9
4

2006

Nota 02 – Regime de concessão

A CP, com a natureza jurídica de empresa pública e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, que aprovou igualmente os respectivos Estatutos, pelos quais se rege.

A partir desta data, a CP passou a explorar o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base neste diploma legal e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade

Mw *P. 9* *A*⁵

bil

de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que lhe tivessem sido dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.

O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

Para determinação do montante das compensações a empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

- a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;



- b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;
- c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;
- d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo
- e) ...
- f) Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a empresa a recorrer ao crédito;
- g)

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante pedido, o que inevitavelmente se reflecte no agravamento do déficite de exploração da empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros (v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005).

Handwritten signatures and initials:
A blue signature, a red signature, a green '9', and a blue 'A'. Below them is a small number '7'.

Nota 03 – Contrato de serviço público

Do que antes se deixou dito, decorre que até ao presente, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a empresa, compensando-a das obrigações de serviço público prestadas.

Na tentativa de levar o Estado a assumir claramente as suas responsabilidades, bem como à clarificação das responsabilidades de gestão da empresa, a CP, E.P., várias vezes apresentou ao Governo diferentes projectos de contrato de serviço público, os quais, porém, nunca mereceram resposta da parte do Estado.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, são o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº558/99 de 17/12. Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos. Tal como consta das orientações estratégicas está ser preparado pela CP proposta de contrato de serviço público a apresentar ao Governo.

Nota 04 – Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal nomeadamente os constantes no Plano Oficial de Contabilidade e nas Directrizes Contabilísticas. Assim, foram preparadas segundo os princípios dos custos históricos, da continuidade das operações, da prudência, da consistência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios.


8

I-Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

1. Indicação e justificação das disposições do POC que foram derrogadas

Nada a referir

2. Contas cujo conteúdo não é comparável

No exercício de 2006, a empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas. No entanto, para que a estrutura dos resultados nas Demonstrações Financeiras do exercício, se aproxime da estrutura conceptual das Normas Internacionais de Contabilidade, as quantias das rubricas 697 - Custos e Perdas Extraordinárias - Correções de exercícios anteriores e 797 - Proveitos e Ganhos Extraordinários - Correções de exercícios anteriores, foram reclassificadas para rubricas de custos e de proveitos operacionais e financeiros do exercício.

Quantias para efeitos comparativos

Para efeitos comparativos, apresentam-se de seguida as quantias em saldo nas rubricas 697 e 797 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e os saldos das rubricas respeitantes à nova classificação em 31 de Dezembro de 2006:

Rubricas Actuais		Rubricas de 2005	Saldos 2006	Saldos 2005
<i>Conceito de aumento de custos</i>				
62190990	FSE-Subcontratos-Correção Custos - Exerc. Ant.	69722000	958 244	842 403
62212990	FSE-Forn Serv-Combust-Correc. Custos -Exerc. Ant	69723100	0	0
62213990	FSE - Outros - Correção de Custos -Ex. Anteriores	69723900	549 185	219 580
62621990	FSE-Mat/Troços Front- Correc. Custos -Exerc. Ant	69724000	120 657	420
64190990	C Pessoal-Rem Org. Sociais- Cor. Custos -Exerc. Ant	69741000	25 759	359
64890990	C Pessoal-Outros-Corr. custos-Ex. Anteriores	69749000	525 722	282 357
65900990	Outros Custos Perd Operac- Cor. Custos -Exerc. Ant	69750000	1 431 226	811 472
<i>Conceito de diminuição de proveitos</i>				

Mr P. A. A. 9

Act

65901100	OCPO – Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Psg-MN-Bilhetes	69781100	6 384	97.385
65901200	OCPO – Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Psg-MN-Assinat	69781200	0	40
65901300	OCPO – Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Psg-MN-P comb	69781300	1 798	1 308 067
65901400	OCPO – Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Psg-MN-P soc.	69781400	0	1 397 971
65902100	OCPO – Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Psg-MI-Geral	69782100	41 383	5 490
65904000	OCPO – Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Mercad-MN	69784000	1 279 556	1 352 629
65905000	OCPO - Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Mercad-MI	69785000	94 564	138 100
65906000	OCPO-Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Mercad-PTerm - MN	69786000	25 497	6.074
65907000	OCPO-Corr. Prov.-Ex. Anteriores-Mercad-PTerm - MI	69787000	0	0
	Total Custos Operacionais		5 059 975	6 462 347
68880990	Cust Perdas Finan- Corr. Custos -Exerc. Ant	69769000	1 662 712	31 887
	Total Custos Financeiros		1 662 712	31 887
	Total Custos Operacionais e Financeiros		6 722 687	6 494 234

Rubricas Actuais		Rubricas de 2005	Saldos 2006	Saldos 2005
72111990	PS-Passag.-MN-Bilhetes-Corr. Proveitos. - Ex. Ant.	79721110	11 929	154 640
72112990	PS-Passag.-MN -Assinaturas-Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79721120	333	34
72113990	PS-Passag.-MN -Passes comb.- Corr. Prov. -Ex. Ant	79721130	778	1 599 768
72114990	PS-Passag.-MN -Passes Soc. - Corr. Prov. -Ex. Ant.	79721140	0	2 050 199
72121990	PS-Passag.-MI - Geral-Corr. Prov. - Ex. Ant.	79721210	443	314 478
72210990	PS-Mercadorias-MN-Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79722100	75 700	70 651
72220990	PS-Mercadorias-MI--Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79722200	54 974	1 266
72410990	PS-Mercad-Prest. Term.-MN-Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79722300	0	742
72420990	PS-Mercad-Prest. Term.-MI- Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79722400	0	0
72330990	PS-Redes Estrang.-Troç. Fronteir.- Corr. Prov. -Ex. Ant	79723300	0	106 319
73899990	Proveitos Suplem- Corr. Prov. -Ex. Ant	79730000	53 453	170 721
74900990	Subsidios à Exploração- Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79740000	4 296	219
76900990	Outros Prov Ganhos Operac- Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79760000	208 125	348 743
	Total Proveitos Operacionais		410 031	4 817 780
78880990	Proveitos Ganhos Fin- Corr. Proveitos. -Ex. Ant	79769000	105 476	35 938
	Total Proveitos Financeiros		105 476	35 938
	Total Proveitos Operacionais e Financeiros		515 507	4 853 718

3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados foram os estabelecidos no Capítulo 5 do Plano Oficial de Contabilidade.

3.1. Imobilizações

3.1.1. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram contabilizadas em observância restrita do disposto na Directriz Contabilística nº7/92. No exercício verificaram-se custos com a instalação do sistema de facturação da CP Carga e com a integração do sistema Train Office no projecto Data Warehouse, que se encontram registados na conta 443 Imobilizações incorpóreas - Imobilizações em curso e ficou concluída a implementação do site Portal CP, conforme consta da nota 8.

3.1.2. Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das reavaliações efectuadas e deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais no que respeita aos bens que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999 e pelo método de amortizações por duodécimos para os bens que entraram em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

No que respeita ao imobilizado de conta da CP, as amortizações são efectuadas com base no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12/01, pelo método de quotas constantes, excepto o material circulante que está a ser amortizado às taxas de amortização constantes da Ficha 374R da UIC - União Internacional dos Caminhos de Ferro.

Quanto ao imobilizado de conta do Estado (imobilizado constante do Despacho conjunto n.º 261/99 de 24 de Março) discriminado na nota 48.1, a conta de Edifícios e Outras Construções está a ser amortizada desde 1999 à taxa de 2%,

1027 9.99 A1
11

conforme o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem. Os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil são considerados custos diferidos do exercício em que ocorrem e reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual.

Na nota 48.5.1. apresentam-se os valores diferidos no exercício por tipo de reparação, a reconhecer como custo no exercício seguinte e em exercícios posteriores.

3.1.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas estão valorizados pelo método da equivalência patrimonial por aplicação da Directriz Contabilística n.º 9/92.

Os valores utilizados para base de cálculo correspondem aos das demonstrações financeiras do período em análise, não sendo ainda em alguns casos, os valores finais.

Os restantes investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.

Os ajustamentos para investimentos financeiros foram efectuados para fazer face a perdas potenciais.

3.2. Existências

As existências de mercadorias e de matérias-primas subsidiárias e de consumo registadas ao custo de aquisição são valorizadas ao custo médio de aquisição. Quando necessário, é constituído um ajustamento para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas.

3.3. Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Os valores a cobrar e a pagar

AI  P.9¹² A

são actualizados para efeitos de Balanço com base no câmbio em vigor à data de 2006/12/31.

3.4. Encargos com pré-reformas e encargos com pensões de acidentes de trabalho

Com base na avaliação actuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados, reformados e pensionistas, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de rendimento: assumiu-se uma rentabilidade real de longo prazo de 4% face ao crescimento das pensões.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua TV 73/77

Número de pagamentos das pensões de pré-reforma: 14 pagamentos por ano.

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma: pensões pagas até aos 65 anos.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de Dezembro de 2006.

AT
10/12/06
A. 904

3.5. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas

3.6. Impostos sobre lucros

Os montantes a liquidar, de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos na determinação do encargo com impostos sobre o rendimento do exercício, os efeitos das diferenças temporais inerentes à diferença entre a base contabilística e fiscal do valor dos activos e passivos apresentados. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao limite do montante realizável em exercícios futuros, de acordo com as expectativas de obtenção de resultados fiscais positivos futuros.

3.7. Reservas de Reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizados gerados pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentadas para resultados transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes registados não estão livres para distribuição podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

4. Cotações utilizadas na conversão das Contas Activas e Passivas expressas em Moeda Estrangeira

As cotações utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira, das contas incluídas no Balanço e na Demonstração dos Resultados, respeitantes a dívidas expressas em moeda de Países fora da zona euro, foram actualizadas com as cotações fixadas oficialmente pelo Banco de Portugal, à data de 2006/12/31.

A
14

14

5. Medida em que o resultado do exercício foi afectado, com vista a obter vantagens fiscais

Nada a referir.

6. Situações que afectem significativamente os impostos futuros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA e TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Lda.

Na sequência da publicação da Directriz Contabilística n.º 28, relativa a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou activos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP, que a 31 de Dezembro de 2005 ascendem a €1.222.112.903,09.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2006, no montante de € 294.907, única matéria colectável apurada.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal da Empresa está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2006, 2005, 2004, 2003 (e de 2002 para a Segurança Social) poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O conselho de Gerência da CP não prevê que eventuais correcções resultantes das revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

7. Número médio de pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da empresa no exercício foi de 4 310 empregados, comparativamente com o exercício de 2005 em que o número foi de 4 572 empregados.

II - Informações de Rubricas do Balanço

8. Movimento ocorrido nas contas 431 "Despesas de Instalação" e 432 "Despesas de Investigação e de Desenvolvimento".

Em 2006 ficou concluída a implementação do site Portal CP

9. Justificação para amortizações de "Trespases"

Não existem valores na conta "Trespases".

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

Seguem em mapa 10.1. e 10.2. anexos a este articulado.

11. Custos Financeiros Capitalizados

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que foram capitalizadas neste período, ascendem a 467 774 euros.

12. Diplomas Legais utilizados na reavaliação das imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas como segue:



12.1. Material circulante

- Reavaliado no exercício de 1995 ao abrigo do Despacho n.º 766/95 FIN do Senhor Secretário de Estado das Finanças de 95.08.04.
- Reavaliado no exercício de 1997 nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

12.2. Restantes imobilizações com excepção de peças de parque.

Reavaliação livre efectuada no exercício de 1999, pelo método do valor corrente de mercado.

13. Quadro Discriminativo das reavaliações

Comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos.

(em euros)			
Rubricas de Imobilizações Corpóreas	Valor Contabilístico	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
Terreno e recursos naturais	31 653 246	-	31 653 246
Edifícios e outras construções	83 146 484	-	83 146 484
Equipamento básico	1 020 659 761	53 210 623 (a)	1 073 870 384
Equipamento de transporte	1 591 507	-	1 591 507
Ferramentas e utensílios	57 949	-	57 949
Equipamento administrativo	2 952 127	-	2 952 127
Taras e vasilhame	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	28 517 456	-	28 517 456
Total	1 168 578 530	53 210 623	1 221 789 153

(a) Valor respeitante à reavaliação do material circulante em 1995 e em 1997, conforme informação constante da nota 39.

 17

14. Caracterização das imobilizações corpóreas e em curso

a) É o seguinte o valor global (em euros) para cada uma das rubricas:

- A totalidade das imobilizações estão afectas à actividade única da Empresa (valor bruto)

2 373 721 095

- Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

As imobilizações encontram-se implantadas em propriedade da CP e em propriedade do Estado (ver nota n.º48.1.)

- Imobilizações localizadas no estrangeiro:

É propriedade da CP um imóvel localizado na cidade de Badajoz, Espanha, na Calle Zapata, n.ºs 5 e 7.

- Imobilizações reversíveis:

Nada a referir.

b) Os custos financeiros líquidos de amortizações capitalizados respeitantes ao exercício e acumulados (em euros), são os seguintes (incluindo somente as imobilizações corpóreas e em curso capitalizadas após 31 de Dezembro de 1998):

Imobilizado corpóreo e em curso

- | | |
|----------------------------|-----------|
| • No exercício | 467 774 |
| • Acumulados em 2006/12/31 | 9 325 370 |

15. Locação Financeira

Nada a referir.

16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas

(Segue em mapa anexo a este articulado).

Por se tratar de uma empresa pública, não se procedeu à consolidação das demonstrações financeiras nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho, mas sim ao abrigo do Despacho n.º 1414-A/2001 do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.



17. Acções e Quotas na conta “Títulos Negociáveis”

Nada a referir.

18. Discriminação da conta 4154- “Fundos”

Nada a referir.

19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante e as quantias a preços de mercado.

Nada a referir.

20. Depreciação de existências

O valor das existências de materiais diversos e de mercadorias encontra-se ajustado respectivamente em 5 113 me e 147 me. No primeiro caso, o ajustamento corresponde à totalidade dos bens existentes em armazém sem rotação há mais de 5 anos. No segundo caso, o ajustamento corresponde à totalidade das existências da Loja CP por descontinuidade da actividade a partir de 01 de Janeiro de 2007.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

(Segue em mapa anexo a este articulado).

22. Existências fora da empresa

As existências fora da empresa, respeitam a:

	(em euros)
- Mercadorias enviadas à consignação	7 695
- Materiais em trânsito	81 476

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço (em euros):

Handwritten signature and number 19

Small handwritten mark

• Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo		
• Outros devedores		975 110
• Dívidas de Terceiros – Curto Prazo		
• Clientes		30 015 766
Contas correntes	29 989 105	
Letras protestadas	26 661	
• Empresas do grupo		0
• Empresas participadas e participantes		58 964
• Outros devedores		6 223 300

24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Gerência e da Comissão de Fiscalização da Empresa.

Não existem

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao pessoal

	(em euros)
• Dívidas activas	187 333
• Dívidas passivas	72 888

26. Dívidas Tituladas

Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do Balanço (em euros):

• Dívidas a Instituições de Crédito	290 000 000
-------------------------------------	-------------

27. Quantidade e valor nominal das obrigações convertíveis, títulos de participação ou direitos similares, emitidos pela Empresa

Não existem.

28. Dívidas ao “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora

Não existem.

Alvar *D. g.* *PA* 20

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos, por rubricas do Balanço

Empréstimos por obrigações não convertíveis

(em euros)

Financiamento	Capital em dívida	Reembolso		Juros	
		Início	Fim	Per.	Taxa
Empréstimo obrigacionista	250 000 000	2012	2012	Sem.	Euribor 6 meses
Total	250 000 000				

Dívidas a Instituições de Crédito

(euros)

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
BEI-CPIIIA PTE(10)-1ºD	14.963.936,94	2008	2017
BEI-CPIIIA PTE(10)-2ºD	14.963.936,94	2008	2017
BEI CPIIIC (14,8 M) - 1ºD	51.675.462,13	2009	2018
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE A	68.973.333,33	2011	2020
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE B	13.050.000,00	2008	2015
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE A	47.000.000,00	2012	2021
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE B	33.125.000,00	2009	2016
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE A	56.000.000,00	2013	2022
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE B	18.000.000,00	2010	2017
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE A	19.000.000,00	2015	2024
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE B	61.000.000,00	2012	2019
Com o Aval do Estado	397.751.669,34		

Handwritten signatures and initials in blue, green, and red ink.

Outros Empréstimos Obtidos

(euros)

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
POLO SECURITIES II LIMITED	187.500.000,00	2009	2014
POLO III - CP FINANCE LIMITED - 1ª T	100.000.000,00	2013	2013
POLO III - CP FINANCE LIMITED - 2ª T	300.000.000,00	2015	2015
EUROFIMA 118	25.000.000,00	2014	2014
EUROFIMA 119	58.900.000,00	2015	2015
EUROFIMA 123	88.000.000,00	2012	2012
EUROFIMA 124	122.280.000,00	2014	2014
EUROFIMA 125	55.000.000,00	2014	2014
EUROFIMA 126	75.000.000,00	2016	2016
	1.011.680.000,00		

Al por P.9 GA

30. Dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais prestadas pela empresa

As dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais, respeitam a empréstimos concedidos pela Eurofima – Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, no montante de 738 997 361 euros e encontram-se cobertas por imobilizações corpóreas conforme indicado na nota 32.1.

31. Compromissos financeiros

31.1. Informação sobre Derivados

Em 31 de Dezembro de 2006, a empresa possui instrumentos financeiros derivados cujos vencimentos ocorrerão em 2012 e em 2015.

Esta carteira de instrumentos financeiros derivados é composta por contratos de permuta de taxa de juro que foram contratados para gerir o risco de variação da taxa de juro inerente a alguns empréstimos de médio e longo prazo, visando reduzir os encargos financeiros.

Os fluxos financeiros de juros corridos dos derivados foram reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo.

No decorrer do exercício foi realizada a venda de um swap e negociado um swap simétrico a um existente, ambos para cobertura do empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros. Esta operação gerou um ganho no montante de € 5 180 000, que na Contabilidade se apresenta diferido pelo período correspondente à maturidade dos swaps originais.

A alocação dos derivados aos empréstimos a que respeitam é como segue:

Handwritten signatures and initials in blue, green, and red ink.

Handwritten signature in blue ink.

(em euros)

Financiamento	Montante	Maturidade Swap	Justo Valor
Swap empréstimos Bayerische e KFW	62 000 000	2012	-7 959 978
Swap empréstimos Eurofima	323 717 361	2015	4 600 021
Swap empréstimo Obrigacionista	250 000 000	2012	-2 490 334
Swap empréstimo Polo III - 2ª Tranche	300 000 000	2015	6 034 879
Total	935 717 361		

Na prossecução da política de gestão de risco de taxa de juro, a Empresa contratou no início de 2007, dois novos swaps para os montantes de 100 000 000 € e 375 000 000 €, com maturidades em 2013 e em 2014 e com efeitos de cobertura reportados a 29 de Julho e a 26 de Dezembro de 2006 respectivamente. O fluxo financeiro de juros activos associados a estes derivados no período de 2006 é de 856 774,88 € e não figura no balanço.

31.2. Compromissos relativos a pensões que figuram no balanço

Os compromissos financeiros relativos a pensões figuram no Balanço e correspondem a pensões de pré-reformas de trabalhadores no âmbito do DL n° 261/91 de 25 de Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999. Encontram-se provisionados de acordo com os critérios indicados na nota 3.4 e ascendem a 309.769 euros e a 12.443.743 euros respectivamente.

32. Garantias, fianças e avales prestadas

(em euros)

32.1. Garantias reais prestadas no âmbito de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima



Imobilizações Corpóreas		
Rubrica	Valor Bruto	Valor Líquido
423-Equipamento Básico		
Automotoras - RAV	731 431 701	460 791 589
Carruagens e Furgões - RAV	75 733 566	26 266 361
Locomotivas e Locotractores - RAV	308 782 266	146 170 032
Vagões - RAV	126 849 023	42 491 012
Total	1 242 796 555	675 718 994

32.2. Garantias prestadas a favor de empresas interligadas

Garantias e avales prestados pela CP - a empresas do grupo e associadas

• Fergráfica (cartas conforto)	1 428 236
• Emef (cartas conforto)	6 987 979
• Emef (fiança)	10 000 000
• Fernave (cartas conforto)	1 800 000

32.3. Garantias prestadas a favor da CP

• Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	733 701 878
• Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	1 350 884

33. Indicação das diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas

Nada a referir.

34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Segue em mapa anexo a este articulado.

Al por P. g. P.

35. Aumento do capital estatutário no exercício

Em 2006 não se realizaram aumentos ou reduções no capital estatutário.

36. Número de acções e valor nominal

Não aplicável à empresa.

37. Detentor do capital

O Estado Português detém 100% do capital da empresa que foi nacionalizada nos termos do Decreto-Lei n.º 205-B/75 de 16 de Abril.

38. Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital, durante o exercício

Não aplicável à empresa.

39. Movimento ocorrido nas reservas de reavaliação

A empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do imobilizado corpóreo.

A reavaliação incidiu no imobilizado contemplado na rubrica “Equipamento Básico” e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do imobilizado e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se à Reavaliação do Imobilizado Corpóreo nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do imobilizado corpóreo, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com excepção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

A 10^{ma} 9.9^{ta}

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51 989 137 euros.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2006 constam no quadro que segue:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Reaval. Regista das	Inc. Cap.	Outras Transf ^a	Saldo Final
5691 -Res.reav/95	38 247 148	-	-	(4 394 493)	33 852 655
561 -Res.reav/97	20 690 018	-	-	(1 332 050)	19 357 968
5692-Res.reav/99-Estado	32 810 320	-	-	(363 697)	32 446 623
5693-Res.reav/99-CP	12 933 543	-	-	(33 528)	12 900 015
Total	104 681 029			(6 123 768)	98 557 261

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as “reservas de reavaliação” de 1995 e de 1997 e para as “reservas de reavaliação” de 1999.

40. Variação das rubricas do Capital Próprio

Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios (em euros).

Contas	Saldo inicial	Movimentos no Exercício		Saldo final
		Aumentos	Diminuições	
51 - Capital estatutário	1 995 317 000			1 995 317 000
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
551 - Ajustamentos de transição	202 900			202 900
552 - Lucros não atribuídos	2 680 493			2 680 493
553 - Out variaç Cap Próprios	- 73 233			- 73 233
554 - Depreciações	0			0
56 - Reservas de reavaliação				
561 - Res. Reavaliação - DL	20 690 018		1 332 050	19 357 968
569 - Res. Reavaliação - Outras	83 991 011		4 791 718	79 199 293
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	24 703			24 703
572 - Reservas estatutárias	1 306 650			1 306 650
574 - Reservas livres	0			0
575 - Subsídios	7 923 428		626 843	7 296 585
576 - Doações	0			0
577 - Reserva para financ de ILD's - - DL 361 e 387/85	0 0			0 0
579 - Reservas p/ saneam financ	91 357 368			91 357 368
59 - Resultados transitados	-3 451 184 365	6 123 767	196 826 873	-3 641 887 471
	-1 247 764 027	6 123 767	203 577 484	-1 445 217 744

Comentários às rubricas de capitais próprios:

51 - Capital Estatutário

O Capital Estatutário da CP, E.P. é fixado por Despacho Conjunto dos Ministros da Tutela e das Finanças de acordo com o artº.3º.do Decreto-Lei n.º 490/76 de 23 de Junho, na sequência de proposta do Conselho de Gerência, conforme previsto no artº1º do citado Diploma.

55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas

551 - Ajustamentos de transição

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas.

552 - Lucros não atribuídos

Esta rubrica reflecte a variação entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que forem atribuídos, relevados por contrapartida de Resultados Transitados.

553 - Outras Variações nos Capitais Próprios

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da variação dos Capitais próprios nas empresas do grupo e empresas associadas, decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

56 - Reservas de Reavaliação

561 - Decreto-Lei nº31/98

O montante em saldo nesta rubrica respeita ao valor de reavaliação do Material Circulante que em 1997 não apresentava nenhuma parcela totalmente amortizada e que no final do exercício se encontra em curso de amortização.

569 - Outras Reservas

5691 - Reservas de Reavaliação/95

5692 - Reservas de Reavaliação/99 Estado

5693 - Reservas de Reavaliação/99 CP

Os montantes em saldo nesta rubricas respeitam aos valores de reavaliação do Material Circulante em 1995 no caso da primeira e aos valores de reavaliação em 1999 dos restantes bens do domínio público e da CP, com excepção das peças de parque e que no final do exercício se encontram em curso de amortização.

57 - Reservas

571 - Reservas Legais

Esta rubrica reflecte a reserva legal ajustada de uma redução de €712 em 2001 por redenominação do capital estatutário em euros.

Handwritten signatures and initials in blue, black, and green ink.

572 - Reservas Estatutárias

Esta reserva corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

575 - Subsídios

O saldo desta rubrica respeita essencialmente a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em curso de amortização.

579 - Reserva para Saneamento Financeiro

Esta reserva reflecte o Passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de Agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à DGT e à Banca no montante de €97.975.959 e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de €6 618 591, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei nº361/85.

59 - Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica ascendia a € -3.451.184.365 e reflectia os resultados líquidos dos exercícios de 1985 a 2004, os ajustamentos diversos resultantes das participações nas empresas do grupo e associadas; a utilização de reservas de reavaliação, por realização de bens a que estavam associadas; a correcção da reserva de reavaliação de 1995 e 1997 resultante da correcção da vida útil de 2 UQE's da Linha de Sintra; a utilização da reserva respeitante a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em função da respectiva amortização económica; o reforço da provisão para encargo com a taxa de uso respeitante ao exercício de 2000; o reforço da provisão para encargos com acidentes de trabalho e doenças profissionais em 1997; a anulação do crédito sobre o

A [assinatura] 19.9.07

Estado por encargos assumidos no âmbito do saneamento financeiro-Decreto-Lei n.º361/85 e n.º 387/85; o reconhecimento de proveitos pelo transporte de militares e forças militarizadas ao abrigo da Portaria n.º471/78 de 19 de Agosto, no período de 1996 a 1999 e de 2002 a 2004.

No exercício, ocorreram as seguintes diminuições e aumentos:

Diminuições: transferência do resultado líquido negativo de 2005, €196 826 874. Aumentos: utilização de reservas de reavaliação de 1995 e 1997, em €5 726 542 e de reservas de reavaliação de 1999, em €397 225, pelos valores de realização no exercício de bens reavaliados naqueles anos.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Segue em mapa anexo a este articulado.

42. Demonstração da variação da produção e demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

42.1. Não aplicável à empresa

42.2. Demonstração do custo das vendas e da prestação de serviços
(Segue mapa 42.2 anexo a este articulado)

43. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

(em euros)

- | | |
|----------------------------|---------|
| • Conselho de Gerência | 454 312 |
| • Comissão de Fiscalização | 25 664 |

Não existem responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos.



44. Valor líquido das prestações de serviços

(em euros)

Prestações de Serviços	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
72-Prestações de Serviços	244 515 774	17 668 785	262 184 559

45. Demonstração dos resultados financeiros

Segue em mapa anexo a este articulado.

46. Demonstração dos resultados extraordinários

Segue em mapa anexo a este articulado.

Os custos e perdas associadas a correcções de exercícios anteriores respeitam essencialmente à contabilização de facturas de FSE e outros custos operacionais.

Os proveitos e ganhos associados a correcções de exercícios anteriores respeitam essencialmente a acertos 2005 e a facturação de venda de material à Argentina

IV – Outras Informações

47. Informações exigidas por diplomas legais

47.1. Informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980:

- Encargos com estruturas representativas dos trabalhadores (em euros):

Ordenados e Salários	159 531
Subsídio de férias e 13º mês	29 732
Encargos sobre remunerações	46 531
Outras despesas com o pessoal	11 670

- Número de trabalhadores envolvidos

A tempo inteiro:

Dirigentes sindicais	14
Comissão de trabalhadores	1

A tempo parcial:

Dirigentes sindicais	126
Delegados sindicais	1
Comissão de trabalhadores	7
Subcomissão de trabalhadores	67

47.2. Informação a que se refere o Decreto-Lei nº 411/91 de 17 Outubro:

- A dívida à Segurança Social ascende a 2 285 044 euros, não se encontrando qualquer valor em situação de dívida vencida.

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

48.1. Imobilizações de conta do Estado

O imobilizado de conta do Estado (vidé nota 3.1.2.) ascende a 111 180 132 euros e desdobra-se como segue:

• Imobilizações corpóreas	107 776 274
421 - Terrenos e recursos naturais	19 281 103
422 - Edifícios e outras construções	88 495 171
• Imobilizações em curso	3 403 858
442 - Obras em curso	3 403 858

Al *Tom* *P.g* *A*

48.2. Conteúdo da conta 24 - Estado e Outros Entes Públicos

(euros)

24 Activo - Estado e Outros Entes Públicos		Débitos	
241	Imposto sobre o Rendimento		512 144
2411	Pagamento Especial por Conta	443 297	
2412	Imposto Retido na Fonte	68 847	
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado		5 366 055
2437	IVA a Recuperar do período de Nov e Dez 2006	3 681 448	
2438	IVA - Reembolsos Pedidos do período de Julho, Set. e Out de 2006	1 684 607	
245	Contribuições Seg. Social - CNP		223 609
248	IVA - Imposto a recuperar		880 965
Total			6 982 773
24 Passivo - Estado e Outros Entes Públicos		Créditos	
2414	Tributação Autónoma	294 907	294 907
242	Retenções - Imp sobre Rendimento	1 292 428	1 292 428
245	Contrib Seg Social-CNP e IGFSS	2 508 653	2 508 653
Total		4 095 988	4 095 988

48.3. Desdobramento das rubricas de Outros Devedores e de Outros Credores no Balanço

48.3.1. Outros Devedores

(em euros)

Rubrica 261/3 + 268 + 221			
Contas	Designação	Saldo	
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo		
268	Devedores Diversos	975 110	
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber - Médio e Longo Prazo	- 975 110	0

Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
221	Fornecedores c/c - Saldos Devedores		42 551
261	Forn. de Imob c/c - Saldos Devedores		40 203
262	Outros Devedores - Pessoal		223 236
268	Devedores Diversos		
	D.Diversos - c/c	10 196 965	
	D.Diversos - Cobrança Duvidosa	6 223 300	
	Credores Diversos	495 885	
	C.Div.-Dep Cauções Prestadas	53 092	
	C.Div.-Prov. Rep-Traf. Merc. UTML	972 510	
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. UVIR	658 692	
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. Outros	120 535	
	C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	5 818 413	
	C.Div.-Valores Regularizar Estações	297 180	
	C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota	63 969	
	Outros Devedores Diversos	235 303	25 135 844
			25 441 834
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber - Outras Dívidas		- 6 223 300
			19 218 534

48.3.2. Outros Credores

(em euros)

Rubrica 262/8 + 211			
Contas	Designação	Saldo	
	Médio e Longo Prazo		
265	Outros Credores - Cred. Subscrições		-12 944 178
	Curto Prazo		
211	Outros Credores - Clientes - c/c		-27 268
262	Outros Credores - Pessoal		-119 970
263	Outros Credores - Sindicatos		-61 332
267	Outros Credores - Consultores		-334 986
268	Credores Diversos - c/c		
	Saldo Credor - Devedores Diversos	-86 438	
	Credores Diversos - c/c	-5 920 027	
	Credores Diversos - Cauções Recebidas	-88 871	
	Credores Diversos - Prov. Repartir UN's	-1 612 593	
	Outros Credores Diversos	- 1 158 390	-8 866 319
			-9 409 875

A *10v* *B.* *Q* *A*

48.4. Conteúdo das contas de Acréscimos e Diferimentos

48.4.1. Activo

(euros)

Contas	Saldo	
271 - Acréscimos de Proveitos		4 636 092
Curto Prazo	4 636 092	
2711 - Acréscimo de Proveitos		
Juros e outros proveitos relativos a 2006 por receber	213 664	
2712 - Acréscimo de Proveitos - CP Lisboa		
Prestação de serviços de transporte de 2006 a facturar em 2007	542 216	
2713 - Acréscimo de Proveitos - CP Regional		
Prestação de serviços de transporte de 2006 a facturar em 2007	673	
2714 - Acréscimo de Proveitos - CP Porto		
Prestação de serviços de transporte de 2006 a facturar em 2007	32 283	
2715 - Acréscimo de Proveitos - CP Carga		
Prestação de serviços de transporte de 2006 a facturar em 2007	628 427	
2718 - Acréscimo de Proveitos - Tr. Grat/Bonif.		
Prestação de serviços de transporte de 2006 a facturar em 2007	3 175	
2719 - Outros Acréscimos de Proveitos		
Subsídios dos projectos Crobit e Grupo de Peritos UE a receber em 2007. Penalidade a cobrar 2007(peças CPA's). Acordo CP/Renfe 2006. Livros vendidos à consignação	3 215 654	
272 - Custos Diferidos		48 655 787
Médio e Longo Prazo	29 840 640	
2723 - Custos Diferidos	23 561 366	
- R1's Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos	759 482	
- R2/3's Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 5 e 8 anos	15 105 237	

Handwritten signatures and initials in blue, black, and red ink.

<p>- REV's Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos, depende das séries de material.</p>	7 696 648	
<p>2729 - Outros Custos Diferidos Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2008 e seguintes</p>	6 279 274	
Curto Prazo	18 815 147	
<p>2723 - Custos Diferidos Diferimento dos encargos com grandes reparações do material circulante efectuadas pela EMEF, do seguinte tipo:</p>	15 631 047	
<p>- R1's Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos</p>	121 766	
<p>- R2/3's Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 5 e 8 anos</p>	8 612 930	
<p>- REV's Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos, depende das séries de material.</p>	2 548 151	
<p>Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante</p>	4 348 200	
<p>2729 - Outros Custos Diferidos Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2007</p>	3 184 100	
<p>Rendas, alugueres e contratos de assistência técnica liquidados em 2006 e relativos a 2007</p>	1 133 051	
	2 051 049	
Total		53 291 879

At


48.4.2. Passivo

(euros)

Contas	Saldo	
273 - Acréscimos de Custos		67 190 739
Curto Prazo	67 190 739	
2731 - Acréscimo de Custos-Seguros a Liquidar	39 667	
Seguros a liquidar em 2007		
2732 - Acréscimo de Custos-remunerações a liquidar	17 741 130	
Férias e subsídio de férias a liquidar em 2007		
2733 - Acréscimo de Custos - juros a liquidar	19 256 074	
Juros de financiamentos, a liquidar em 2007		
2734 - Acréscimo de Custos - taxa aval a liquidar	395 474	
Taxa de aval respeitante ao empréstimo obrigacionista e a empréstimos do BEI-CP III e ROLLING STOCK, a liquidar em 2007		
2735 - Acréscimo de Custos - FSE a liquidar		
Estimativa de serviços essenciais, adicionais e auxiliares prestados pela REFER em 2004/5/6	26 772 789	
2739 - Taxa de Uso		
Taxa de utilização das infraestruturas - REFER de Dez/06 a liquidar em 2007	2 985 603	
274 - Proveitos Diferidos		238 479 787
Médio e Longo Prazo	217 752 734	
2745 - Proveitos Diferidos	209 738 810	
Subsídios do PIDDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/06 e a utilizar em anos seguintes		
2748 - Proveitos Diferidos		
Diferenças de câmbio das acções da Eurofima	1 376 945	
2749 - Outros Proveitos Diferidos		
Valor a amortizar do SWAP POLO III e JP Morgan	6 636 979	
Curto Prazo	20 727 052	
2744 - Proveitos Diferidos do Tráfego	1 294 164	
Passes sociais e assinaturas vendidos em Dez/06 e a utilizar em Jan/07		
2745 - Proveitos Diferidos	11 006 264	
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/06 e a utilizar em anos seguintes		
2749 - Outros Proveitos Diferidos	8 426 624	
Valor a amortizar do SWAP POLO III, DEPFA Bank e JP Morgan	3 657 500	
Valor facturado em Dez/05 e a receber em 2007 pela venda de material circulante à Argentina	4 659 315	
Subsídios das candidaturas POEFDS, PORLVT e SAFERELNET	75 286	
Cedências diversas	34 523	
Total		305 670 526

48.5. Transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça

Foram reconhecidas e ajustadas as dívidas do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Justiça, respeitantes ao transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça no âmbito da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, suportadas em facturas pró-forma e que em 2006 ascendem a € 5 179 882.

Os valores em dívida encontram-se totalmente ajustados e datam de 2001, como segue:

(em euros)

Entidade	Dívida até 31 Dez. 2005	Dívida de 2006		Total Geral
	Tipo de Facturação			
	Firme	Proforma	Proforma	
Min. Defesa Nacional	5 201 444	12 154 694	3 822 217	21 178 355
Min. da Justiça	62 525	3 372 373	1 616 659	5 051 557
Min. Adm. Interna	10 264			10 264
Total	5 274 233	15 527 067	5 438 876	26 240 176

48.6. Informações sobre matérias ambientais

Cada vez mais a sociedade em geral e as empresas em particular têm como preocupação fundamental o desenvolvimento sustentável, assegurando desta forma a qualidade de vida das gerações actuais e vindouras.

O sucesso das acções desenvolvidas traduz-se em conciliar, de forma sustentável e durável, o desenvolvimento económico com a protecção do nosso planeta, dependendo basicamente da gestão racional dos recursos naturais limitados e da utilização eficiente da energia.



É preocupação central da CP o equilíbrio entre a oferta de serviços de transporte ferroviário, os padrões de qualidade rentáveis para a empresa e o impacto ambiental produzido por esses serviços. Por outro lado, o sucesso comercial da CP está intimamente ligado ao seu sucesso ambiental. Efectivamente, a CP é o operador de transporte mais amigo do Ambiente, em especial em termos de emissões de GEE's.

Deste modo, a optimização das vantagens ambientais associadas à natureza do transporte ferroviário, assente na sua capacidade de transportar um elevado número de passageiros e elevados volumes de carga, utilizando menor quantidade de energia e espaço, é um dos principais objectivos prosseguidos pela Empresa.

Neste contexto, a CP obteve em 2006 alguns resultados no âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo o referencial internacional ISO 14001:2004, como consequência dos objectivos a que se propôs atingir em 2005. Os resultados atingidos resumiram-se em:

- Realização de um Diagnóstico Ambiental;
- Constituição e formação da Equipa Multidisciplinar do Ambiente (EMA);
- Elaboração e aprovação das Matrizes de Identificação e Avaliação dos impactos ambientais;
- Identificação dos requisitos legais aplicáveis;
- Integração da componente ambiental na documentação da qualidade e
- Definição de áreas de melhoria

Os dispêndios verificados com o desenvolvimento das matérias da Qualidade e do Ambiente respeitam ao funcionamento da Equipa e foram reconhecidos como custo no exercício, prevendo-se para

 40

2007/8 a implementação do Sistema de Gestão Ambiental e a edição de um Relatório de Sustentabilidade.

Não se verificam passivos de carácter ambiental associados a obrigações de natureza legal ou contratual, nem construtiva.

No exercício, não se verificou a atribuição ou recebimento de incentivos à política ambiental.

48.7. Operações conjuntamente controladas

No âmbito destas operações releva o acordo comercial entre a CP e a RENFE-Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles.

Constituiu objecto deste acordo firmado em Setembro de 2003 a gestão conjunta dos comboios directos que efectuam o percurso nocturno entre Lisboa – Madrid (Comboio Hotel Lusitânia) e Lisboa – Hendaya (Sud Expresso).

O referido acordo tem por finalidade a cooperação entre as partes para uma melhoria na oferta do transporte ferroviário no mercado internacional e para o desenvolvimento de tráfegos de longo curso que atravessam a fronteira luso-espanhola.

Em 2006, o acordo firmado em 2003 foi objecto de alteração, tendo sido substituído por dois novos acordos referentes a:

- Comboio Lusitânia Hotel, em que se mantêm os mesmos princípios acordados em 2003, e se actualizaram os custos unitários;
- Comboio Sud Expresso, em que se prevê a passagem integral da gestão para a esfera da CP.

O impacto destes acordos no resultado do exercício foi o seguinte:

	(euros)	
	Custos	Proveitos
Comboio Hotel Lusitânia	3 548 564	2 530 700
Sud Expresso	8 119 123	6 568 852
Total	11 667 687	9 099 552


48.8. Venda de material circulante

Entre a CP e o Ministério de Planificación Federal, Inversion Pública y Servicios do Governo Argentino foi celebrado um contrato quadro de compra e venda de 25 Unidades triplas eléctricas, 6 automotoras Nohab, 12 locomotivas diesel eléctricas Brissoneau, 8 locomotivas diesel eléctricas Alstom e 20 carruagens, de reparação deste material e de formação técnica local, no montante total de € 20 221 500. De acordo com o previsto no contrato quadro, a venda será efectuada em três lotes de material, mediante a assinatura de adicionais ao referido contrato.

No presente exercício foi facturada a venda do primeiro lote no montante de € 4 669 950, correspondente ao valor de venda de 11 Unidades triplas eléctricas, 3 automotoras Nohab, 6 locomotivas diesel eléctricas Brissoneau, 1 locomotiva diesel eléctrica e 4 carruagens, ao transporte e à formação técnica local.

Foi ainda facturado o valor da reparação da totalidade do material do contrato no montante de € 10 190 500.

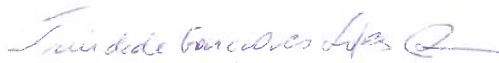
Na medida em que a transferência de propriedade dos bens que constituem o primeiro lote se verificou aquando do embarque, em Janeiro de 2007, o resultado da operação de venda encontra-se registado na rubrica 2749 - Acréscimos e diferimentos - Proveitos diferidos e na rubrica 269 - Adiantamentos por conta de vendas, o montante das reparações.



48.9. Capital Próprio

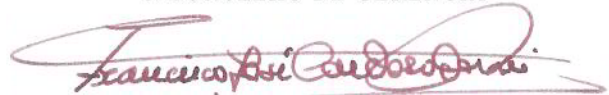
No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a empresa incorreu num prejuízo de € 192 897 562, verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu activo total em € 1 638 115 306.

O Técnico Oficial de Contas

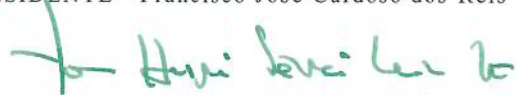


Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA



PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis



VOGAL Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto



VOGAL Adriano Rafael de Sousa Moreira



VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira



VOGAL Paulo José da Silva Magina

10.1. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO (ACTIVO BRUTO)

(em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
. Despesas de instalação	0		0		0	0
. Despesas de investigação e desenvolvimento	0		0		377.894	377.894
. Imobilizado em curso	446.352		92.750		-377.894	161.208
. Adiantamentos p/c. de imobilizações incorpóreas	0		0		0	0
	446.352	0	92.750	0	0	539.102
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
. Terrenos e recursos naturais	31.653.246		0		0	31.653.246
. Edifícios e outras construções	102.546.515		0		1.704.494	104.251.009
. Equipamento básico	2.163.141.405		219.372	-32.949.858	700.677 a)	2.131.111.596
. Equipamento de transporte	5.827.995		25.900	-119.572	-26.643	5.707.680
. Ferramentas e utensílios	313.722		355	0	-20.458	293.619
. Equipamento administrativo	18.965.956		581.739	0	-1.739.946	17.807.749
. Taras e vasilhame	577		0	0	-150	427
. Outras imobilizações corpóreas	46.500.085		1.420.604	0	61.885	47.982.574
. Imobilizações em curso	5.737.281		12.437.471	0	-8.171.606	10.003.146
. Adiantamentos p/c. de imobilizações corpóreas	8.546.688		18.674.633	0	-2.311.272	24.910.049
	2.383.233.470	0	33.360.074	-33.069.430	-9.803.019	2.373.721.095
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
. Partes de capital em empresas de grupo	489.930		28.758.984		-25.581.420	3.667.494
. Empréstimos a empresas do grupo	13.852.167		20.319.710		-31.001.602	3.170.275
. Partes de capital em empresas associadas	243.411		7.767.499		-7.683.554	327.356
. Empréstimos a empresas associadas	8.903.399		1.730.000		-8.937.498	1.695.901
. Títulos e outras aplicações financeiras	11.634.824		1.062.020		-288.398	12.408.446
. Outros empréstimos concedidos	6.674		0		0	6.674
	35.130.405	0	59.638.213	0	-73.492.472	21.276.146

a) Inclui: €-7 778 389 referente à regularização contabilística do valor dos bens que foram objecto de modernização e € 8 717 426 referente a transferências para imobilizado definitivo

10.2. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

(em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ANULAÇÃO / REVERSÃO	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
. Despesas de instalação	0	0	0	0	0
. Despesas de investigação e de desenvolvimento	0	52.485	0	0	52.485
	0	52.485	0	0	52.485
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
. Edifícios e outras construções	17.746.521	3.358.004	0	0	21.104.525
. Equipamento básico	1.029.573.179	67.370.336	- 39.465.943 a)	236.360	1.057.241.212
. Equipamento de transporte	3.611.687	650.701	0	146.215	4.116.173
. Ferramentas e utensílios	216.104	39.999	0	20433	235.670
. Equipamento administrativo	14.628.696	1.948.480	- 190	1.721.364	14.855.622
. Taras e vasilhame	577	0	0	150	427
. Outras imobilizações corpóreas	16.979.120	2.486.438	- 440	0	19.465.118
	1.082.755.884	75.853.958	- 39.466.573	2.124.522	1.117.018.746
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
. Empréstimos a empresas do grupo	12.952.166	798.489	-11.330.380		2.420.275
. Empréstimos a empresas associadas	8.903.400	320.000	-7.527.499		1.695.901
. Outros empréstimos concedidos	6.674				6.674
	21.862.240	1.118.489	-18.857.879	0	4.122.850

a) Inclui € 7.778.389 referente à regularização contabilística das amortizações dos bens que foram objecto de modernização e € 31.685.484 referente à anulação das amortizações dos bens alienados no exercício

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE GRUPO E ASSOCIADAS

FIRMA/SEDE	CAPITAL DETIDO		CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31/12/2005	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO 2005	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31/12/2006	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO 2006
	FRACÇÃO	VALOR				
<u>EMPRESAS DO GRUPO:</u>						
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA Grupo Oficial do ENTRONCAMENTO	100,00%	8.100.000	-12.887.950	-4.703.169	3.047.396	-12.693.470 a)
TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Ldª. E.N. 10 - Edifício Edipad (A. Safal) - S. João da Talha	99,80%	499.000	490.911	-117.457	621.341	130.429 a)
FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA Av. Infante D. Henrique, 89 LISBOA	60,00%	240.000	-2.898.574	-575.385	-3.407.826	-509.252 a)
<u>EMPRESAS ASSOCIADAS:</u>						
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA Calçada da Glória, 12 LISBOA	40,00%	600.000	-17.401.040	-1.990.815	583.859	-1.416.141 a)
ASSER - Serviços para Empresas de Transportes, ACE Rua Policarpo Anjos, 57 B LISBOA	35,00%	87.290	365.187	-65.552	0	0 c)
TIP - Transportes Intermodais do Porto Av. Fernão de Magalhães nº 1862- 9º PORTO	33,00%	10.000	-4.614.433	-1.666.800	-5.012.173	-397.740
STIFA - Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, SA Estrada Nacional nº 10 ALVERCA	22,50%	112.500	513.758	-151.488	418.930	-96.826 a)

(a) Valores provisórios

(b) Valores não disponíveis

(c) Empresa Liquidada em Junho de 2006

21 . MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

AJUSTAMENTOS

(em euros)

CONTA	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
28. Ajustamentos de dívidas a receber				
Clientes de Cobrança Duvidosa	24.410.207	5.179.883	599.363	28.990.727
Letras Protestadas	26.661			26.661
Empresas do grupo	31.405		31.405	0
Empresas participadas e participantes	20.891	38.073		58.964
Outros Devedores	7.292.293		93.883	7.198.410
	31.781.457	5.217.956	724.651	36.274.763
39. Ajustamentos de existências				
Mat. Primas Subsid. e de Consumo	4.739.738	373.635		5.113.373
Mercadorias	5.478	141.581		147.059
	4.745.216	515.216	0	5.260.432
TOTAL GERAL	36.526.673	5.733.172	724.651	41.535.195

Handwritten signatures and initials in blue, green, and red ink.

34 . DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

(em euros)

CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29. Provisões				
Processos Judiciais em Curso	37.018.707	0	2.471.583	34.547.124
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	13.712.094	0	1.268.352	12.443.742
Perdas em Investimentos financeiros	1.573.783	0	1.573.783	0
Outras Provisões	4.196.499	0	0	4.196.499
Acidentes Ferroviários	1.357.074	0	26.285	1.330.789
Encargos com pré-reforma	647.838	0	338.068	309.770
Encargos c/ promoções	0	330.000	0	330.000
	58.505.995	330.000	5.678.071	53.157.924

(Handwritten signatures and initials)

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

(em euros)

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO		CUSTO TOTAL
		EMBALAGENS DE CONSUMO	MATERIAIS DIVERSOS	
Existências iniciais	524.969	520	10.198.241	10.723.730
Compras	378.134		14.703.590	15.081.724
Regularização de existências	106.187		43.543	149.730
Existências finais	-411.833	-426	-9.753.103	-10.165.362
Custos no exercício	597.457	94	15.192.271	15.789.822

42.2. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(em euros)

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
Existências iniciais			
Entradas Provenientes da produção			-326.648.788
Regularização de existências			
Saídas para a produção e imobilizado			
Existências finais			
Custo das vendas e prestações de serviços			-326.648.788

Handwritten signatures and initials in blue, green, and red ink.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

(em euros)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2006	2005		2006	2005
	681 - Juros suportados	82.918.041		66.694.160	781 - Juros obtidos
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas	13.281.713	173.899	782 - Ganhos em empresas de grupo e associadas	130.168	0
683 - Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783 - Rendimentos de imóveis	0	0
684 - Ajustamentos de aplicações financeiras	1.103.242	6.732.347	784 - Rendimentos de participações de capital	0	133.753
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	10.173	48.157	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	9.235	35.414
686 - Descontos de pronto pagamento concedidos	0	0	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	2.083	0
687 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
688 - Outros custos e perdas financeiros	5.106.737	3.361.854	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	3.826.924	362.505
Resultados financeiros	-97.648.648	-75.999.433			
	4.771.257	1.010.984		4.771.257	1.010.984

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(em euros)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2006	2005		2006	2005
	691. Donativos	44.300		25.025	791. Restituição de impostos
692. Dívidas incobráveis	340.459	269.474	792. Recuperação de dívidas	11.911	686
693. Perdas em existências	15.092	82.122	793. Ganhos em existências	195.543	197.363
694. Perdas em imobilizações	308.079	120.322	794. Ganhos em imobilizações	4.324.789	34.801
695. Multas e penalidades	76.960	12.285	795. Benefícios de penalidades contratuais	216.301	780.351
696. Aumentos de amortizações	77.817	196.740	796. Redução de provisões	4.120.502	7.206.564
697. Correções relativas a exercícios anteriores	0	6.494.234	797. Correções relativas a exercícios anteriores	0	4.853.718
698. Outros custos e perdas extraordinários	2.904.071	750.979	798. Outros proveitos e ganhos extraordinários	14.924.092	10.499.411
699. Encargos c/pré-reforma	393.214	1.430.633	799. Outros	0	0
Resultados extraordinários	19.633.183	14.191.080			
	23.793.175	23.572.894		23.793.175	23.572.894



Handwritten initials and a circled 'D' in the top right corner.

I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das funções que lhe estão consignadas na Lei e nos Estatutos, a Comissão de Fiscalização elaborou o presente Relatório e Parecer, sobre o Relatório e Contas da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

A CP foi criada pelo Decreto-Lei nº. 109/77, de 25 de Março, com a natureza jurídica de empresa pública, regendo-se pelos respectivos Estatutos aprovados por este diploma, pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Dois dos cinco membros que compõem o Conselho de Gerência (Presidente e um Vogal) iniciaram funções em 13 de Julho de 2006.

Como factos relevantes ocorridos em 2006, destacam-se:

- Aumento da procura em termos de passageiros e de mercadorias;
- Melhoria do EBITDA (cash-flow operacional), antes de Subsídios, em cerca de 10,4 milhões de euros;
- Agravamento dos Resultados financeiros em 21,7 milhões de euros, atingindo -97,6 milhões de euros em 2006, ou seja, cerca de 50,6% do prejuízo registado no mesmo ano;
- Redução de 5,8% no número médio de efectivos à cargo da CP e de 38% no valor das indemnizações por rescisão, por mútuo acordo, de contratos individuais de trabalho, induzindo uma diminuição de 6,2% dos Custos com o pessoal;
- Aumento de 11,3 milhões de euros (+10,1%) dos Fornecimentos e serviços externos.

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Fiscalização reuniu ordinariamente pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Inspeção-Geral das Finanças e ao órgão de gestão da CP.

No decorrer do exercício de 2006, a Comissão de Fiscalização acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o Conselho de Gerência,



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.

Foram analisadas as actas das reuniões daquele Conselho, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2006 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa foram objecto de auditoria externa e os processamentos contabilísticos foram igualmente examinados pelo Revisor Oficial de Contas, Vogal desta Comissão, o qual em conformidade da legislação aplicável emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o seu relatório anual e a Certificação Legal das Contas, a qual contém uma ênfase considerada apropriada pelo mesmo.

III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Conselho de Gerência da CP, contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta, satisfazendo os requisitos expressos no artigo 66.º do CSC. O Conselho de Gerência propõe que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 192.897.562 euros negativos, sejam transferidos para a conta Resultados Transitados.

Parece-nos, no entanto, de realçar os seguintes aspectos sobre a evolução dos tráfegos em 2006:

- Os indicadores dos tráfegos referidos no Relatório do Conselho de Gerência, mostram um aumento global da procura, com maior significado no tráfego de passageiros;
- Houve uma evolução positiva de 1,9% em unidades de tráfego (UK), essencialmente influenciada pelo aumento de PK;
- Do efeito conjugado do aumento da procura e da redução de efectivos, resultou um aumento de 8,1% da produtividade física do factor trabalho, o qual atingiu o valor de 1373 milhares de UK/efectivo médio;
- No tráfego de passageiros houve aumentos de 2% nos passageiros transportados (P), embora com uma quebra ao nível do tráfego de longo



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

curso, de 3% nos passageiros quilómetro (PK), e de 10,7% na receita estatística. Na estrutura do tráfego de passageiros aumentou o peso do tráfego suburbano, que é agora de 51,4%;

- No tráfego de mercadorias houve aumentos de 1,7%, 0,3% e 0,2%, respectivamente nas toneladas transportadas (T), nas toneladas quilómetro (TK) e na receita estatística. Um grupo reduzido de cinco tráfegos (carvão, cimento, contentores, madeira/pasta de papel e areia), continua a representar cerca de 75% das toneladas transportadas e dos proveitos;
- O índice de estrutura de tráfego (PK/UK) mostra um crescimento relativo do tráfego de passageiros, que representa agora 59,0% do tráfego total da Empresa.

Estes indicadores dos tráfegos continuam a evidenciar uma evolução globalmente positiva da procura.

IV - ANÁLISE DAS CONTAS

1. A CP regista um prejuízo de 192,9 milhões de euros no exercício de 2006, o qual diminuiu em cerca de 3,9 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior, para o qual contribuiu decisivamente a melhoria dos Resultados operacionais em cerca de 20,4 milhões de euros. Esta evolução favorável resulta essencialmente do crescimento dos proveitos de tráfego de passageiros em 18,6 milhões de euros (+10,6%), na sequência da alteração tarifária e das subidas dos passageiros transportados acima referidas e das reduções das amortizações e provisões em 8,4 milhões de euros (-9,3%), das indemnizações ao pessoal por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo em 4,8 milhões de euros (-37,9%) e das remunerações em 3,7 milhões de euros (-3,4%), o que contrabalançou o efeito desfavorável causado pelo aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos em 11,3 milhões de euros (+10,1%).
2. Apesar da sensível melhoria registada no desempenho económico da Empresa, a sua situação económica e financeira continua a apresentar-se bastante desequilibrada se atendermos ao valor do Capital Próprio, que continua fortemente negativo (-1,6 mil milhões de euros, em 31/12/2006), ao elevado nível de endividamento que ascende a cerca de 2,7 mil milhões de euros, dos quais cerca de 2,5 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos, os quais geram elevados encargos financeiros, e à persistência de resultados operacionais negativos e de resultados líquidos negativos muito elevados.



Comissão de Fiscalização

3. O agravamento que se verifica nos Resultados financeiros resulta essencialmente do aumento de cerca de 16 milhões de euros nos juros dos empréstimos obtidos e do elevado prejuízo de 12,7 milhões de euros registado pela EMEF (empresa participada em 100% pela CP).
4. A principal rubrica de custos da Empresa (Custos com pessoal) diminuiu cerca de 6,2%, por efeito da redução de 5,8% no número médio de efectivos a cargo da Empresa e do valor das indemnizações por rescisão de contratos de trabalho. Retirando este efeito, verifica-se uma diminuição de 3,3% dos Custos com pessoal e um aumento de 2,6% em termos *per capita*.
5. O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 33,5 milhões de euros (54,9 milhões de euros em 2005) e incidiu essencialmente na aquisição e beneficiação de material circulante (29,4 milhões de euros). O financiamento em 2006 para investimentos por fundos comunitários e pelo PIDDDAC foi de 30,2 e 4,2 milhões de euros, respectivamente.

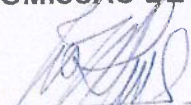
V – PARECER

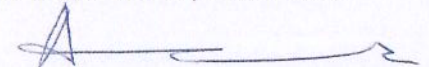
Atento ao exposto, a Comissão de Fiscalização emite o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, com a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Gerência.

A Comissão de Fiscalização, finalmente, regista com apreço a disponibilidade manifestada não só pelos responsáveis dos diferentes Serviços mas, também, pela generalidade do pessoal desta Empresa Pública.

Lisboa, 19 de Abril de 2007

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO


Dr. Issuf Ahmad, Presidente


Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"


Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 1.396.202.579 euros e um total de capital próprio negativo de 1.638.115.306 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 192.897.562 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo sete, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras e se refere na nota 48.9 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade, pelo que a continuidade da empresa está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado.

Lisboa, 4 de Abril de 2007

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luis Areal Alves da Cunha

Ao Conselho de Gerência de
CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 1.396.203 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 1.638.115 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 192.898 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

2 Estas demonstrações financeiras foram preparadas no contexto de desenvolvimento da actividade da empresa tal como descrita nas notas introdutórias do Anexo, decorrendo do mesmo, nomeadamente, os valores líquidos de imobilizações e de amortizações do exercício, bem como a estrutura de financiamento por capitais próprios e empréstimos obtidos e correspondentes encargos financeiros.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

4 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

12 de Abril de 2007

Âmbito

5 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas às políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

6 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

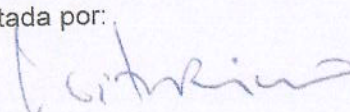
7 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras identificadas no parágrafo 1, preparadas no contexto descrito no parágrafo 2, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 12 de Abril de 2007

representada por:


José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.